



ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Hagira Naide Gelo Machute, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada “*Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*”.

Hagira Naide Gelo Machute

Doutora em Geografia na Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique.

<https://orcid.org/0000-0002-1488-8894>

<http://lattes.cnpq.br/6281365751273611>,

hagiranaidegelo@gmail.com

146



Como citar

GELO MACHUTE, Hagira N. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Hagira Naide Gelo Machute, **Boletim GeoÁfrica**, v.4. n. 13. p. 146-151, 2025.

Sobre a pesquisadora: Hagira Naide Gelo Machute é licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia (2009) pelo Instituto Superior de Relações Internacionais, Mestre em Gestão Ambiental (2016) pela Universidade Pedagógica e Doutora em Geografia pela Universidade Pedagógica (2024). Atualmente docente na Escola Superior de Ciências Náuticas (Maputo), onde leciona disciplinas ligadas à Sociologia das Organizações, Impacto Ambiental e Segurança. No âmbito académico, desenvolveu estudos e pesquisas sobre hidropolítica, integração regional, justiça ambiental, desigualdades estruturais e mudanças climáticas. Tem participado em conferências nacionais e internacionais, com publicações em revistas e capítulos de livros sobre governança de recursos naturais e políticas públicas no contexto africano.

Tese de Doutorado: GELO MACHUTE, Hagira Naide. 2025. *Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*. Tese (Doutorado) Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Maputo, Moçambique, 2024.



Resumo da Tese

A tese investigou a relação entre governança da água e dinâmicas de poder na gestão da bacia hidrográfica do rio Incomáti, partilhada por Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatíni. A pesquisa parte da premissa de que os interesses geopolíticos estratégicos dos Estados ribeirinhos, os legados coloniais e os projetos de desenvolvimento regional na África Austral moldam os conflitos e os arranjos institucionais para a cooperação transfronteiriça em torno dos recursos hídricos. A análise centrou-se nas mudanças nos arranjos de poder desde o Acordo de Nkomati de 1984 até à criação do Comité Técnico Permanente Tripartido em 2002, identificando três fases da hidropolítica na bacia: a fase da desconfiança e hegemonia sul-africana (1980s), a fase da integração e desenvolvimento conjunto (décadas de 1990-2000), e a fase da gestão partilhada sob o paradigma do desenvolvimento sustentável (pós-2000). Metodologicamente, a investigação recorreu à análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas com 17 especialistas dos três países, análise documental de tratados e legislação nacional, e aplicação do referencial teórico da hidro-hegemonia. A pesquisa demonstra que a África do Sul exerce uma hegemonia histórica e estrutural na gestão da bacia, mas há momentos de contra-hegemonia protagonizados por Moçambique e pela sociedade civil, especialmente durante negociações no âmbito da SADC. A tese concluiu que a gestão da bacia do rio Incomáti reflete um paradoxo entre hegemonia e cooperação, em que a retórica da integração regional e do desenvolvimento sustentável coexiste com assimetrias de poder e influência de interesses externos, como financiadores internacionais. A institucionalização de um modelo de governança mais equitativo e transparente requer reforço das capacidades nacionais, maior inclusão das comunidades locais e revisão crítica dos marcos legais e políticos existentes.

Qual a relevância da pesquisa?

A presente pesquisa é relevante por oferecer uma análise crítica e inovadora sobre as dinâmicas de poder e cooperação na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços na África Austral, com foco na bacia do rio Incomáti, partilhada por Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatíni. Num contexto marcado pela escassez hídrica, desigualdade no acesso à água e pressões do desenvolvimento regional, a tese contribui para:



- Compreender os legados coloniais e geopolíticos que moldam as atuais relações entre os Estados ribeirinhos, revelando como a posição estratégica da África do Sul influenciou a distribuição do poder hidropolítico na bacia.
- Analisar o papel das instituições regionais e nacionais na promoção (ou limitação) da governança partilhada da água, destacando avanços como a criação do Tripartite Permanent Technical Committee e fragilidades como a fraca implementação do Protocolo Revisado da SADC.
- Dar visibilidade à sociedade civil e atores locais, frequentemente marginalizados nos estudos sobre governança hídrica, mas fundamentais para a legitimação de práticas sustentáveis e justas de gestão da água.
- Propor caminhos para uma gestão integrada e equitativa, que alie interesses nacionais, ambientais e de segurança hídrica, promovendo maior cooperação regional, especialmente num contexto de mudanças climáticas e expansão de infraestruturas como barragens e irrigação.

A originalidade da tese reside no cruzamento entre abordagens da hidropolítica, governança multinível e teoria da hidro-hegemonia, oferecendo uma leitura crítica sobre os desafios e oportunidades da cooperação transfronteiriça num dos sistemas hídricos mais emblemáticos da África Austral.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

O principal objetivo que norteou a pesquisa foi analisar como as heranças coloniais influenciam a governança da água na Bacia do Rio Incomáti, especialmente no que diz respeito às relações de poder entre Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatini. A pesquisa procurou compreender os mecanismos de cooperação e conflito ao longo do tempo, destacando os arranjos institucionais formais e informais, os interesses estratégicos e as dinâmicas hidropolíticas que condicionam a gestão partilhada dos recursos hídricos nesta bacia transfronteiriça.

De forma mais específica, o estudo procurou mostrar como a trajetória histórica da cooperação na Bacia do Incomáti reflete processos de hidro-hegemonia, contestação e contra-hegemonia, moldados tanto por contextos geopolíticos quanto por estruturas legais e técnicas herdadas do colonialismo. A pesquisa também teve como objetivo identificar os desafios contemporâneos para uma governança integrada, inclusiva e sustentável da água, valorizando



elementos como o papel das instituições regionais, o envolvimento da sociedade civil e a necessidade de equilíbrio entre interesses nacionais e os compromissos multilaterais. Assim, contribui criticamente para os debates sobre integração regional, justiça hídrica e soberania no uso dos recursos naturais na África Austral.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

Os principais resultados da pesquisa podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Caracterização da Hidropolítica em Fases Históricas

A pesquisa identificou três fases distintas da hidropolítica na Bacia do Rio Incomáti: (i) a fase de hegemonia sul-africana sob o regime do apartheid, caracterizada por conflitos territoriais e controle unilateral dos recursos hídricos; (ii) a fase da cooperação regional no contexto da criação da SADC e da construção de infraestruturas estratégicas como as barragens de Maguga e Corumana; e (iii) a fase contemporânea de integração regional, onde se busca uma gestão partilhada mais equitativa dos cursos de água, refletida na criação do Comitê Técnico Permanente Tripartido e na proposta da Comissão INMACOM (Comissão dos Cursos de Água do Incomáti e Maputo -INMACOM - é uma organização transfronteiriça de bacias hidrográficas que opera nas bacias do Incomáti e Maputo). A INMACOM foi oficialmente criada no dia 18 de Novembro de 2021.

2. Desequilíbrio de Poder e Persistência da Hidro-Hegemonia

Um dos principais achados foi a confirmação de uma hidro-hegemonia persistente da África do Sul, sustentada por sua localização geográfica a montante, maior capacidade técnica e financeira, e poder de influência nas negociações bilaterais e multilaterais. Moçambique e Eswatini, por sua vez, operam em desvantagem relativa, dependendo muitas vezes de parcerias ou concessões para aceder a benefícios partilhados. A pesquisa também revelou esforços contra-hegemônicos por parte de Moçambique e da sociedade civil, especialmente durante a assinatura do Protocolo Revisado sobre Cursos de Água Partilhados.

3. Limitações Institucionais e Potencial Transformador

Outro resultado importante foi a identificação de limitações institucionais e financeiras de Moçambique para implementar efetivamente uma gestão integrada e sustentável da bacia. No entanto, a pesquisa demonstrou que há um potencial transformador significativo, caso se reforcem os mecanismos multilaterais de cooperação, a capacidade institucional dos órgãos gestores de



água, e o envolvimento da sociedade civil nos processos decisórios. A institucionalização da INMACOM surge como uma oportunidade concreta para mitigar os desequilíbrios e consolidar a gestão transfronteiriça cooperativa.

Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

Durante a realização da pesquisa sobre a governança da água e o equilíbrio de poder na Bacia do Rio Incomáti, enfrentaram-se diversos desafios, sendo os mais significativos o acesso limitado às fontes primárias e os impactos da pandemia da COVID-19. A coleta de dados em campo, essencial para a obtenção de informações institucionais e empíricas nos três países ribeirinhos (Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatini), foi severamente afetada pelas restrições de mobilidade e fechamento de fronteiras. Como resultado, algumas entrevistas presenciais planejadas com gestores e técnicos das instituições hídricas nacionais e regionais não puderam ser realizadas.

Apesar dessas limitações, a pesquisa avançou por meio de adaptações metodológicas, incluindo a realização de entrevistas por meios virtuais e a intensificação da análise documental. No entanto, o acesso parcial a certas bases de dados e documentos institucionais, sobretudo nos países vizinhos, restringiu a abrangência comparativa esperada. Esse cenário evidenciou uma limitação estrutural comum nas pesquisas transfronteiriças no contexto africano: a falta de transparência e a dificuldade de acesso público à informação em temas considerados sensíveis ou estratégicos, como a gestão de recursos hídricos partilhados.

Algumas publicações recentes da pesquisadora...

MACHUTE, Hagira Naide Gelo. A Simbologia do Traje Tradicional em África: análise comparativa baseada em fotografias. **Boletim GeoÁfrica**. v.1, p.69 – 80, 2023

OMAR, A. A., MACHUTE, H. N. G.; MANJATE, C. R.; MACHILI, T. B. Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 37-52, jan. - mar. 2023

OLIVEIRA, Franciane Araújo de; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Garimpo ilegal e Degradação de rios: um panorama geográfico do Brasil e de Moçambique. **Revista Mirante** (online). v.16, p.49 – 75, 2023

MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Reflexão sobre as Simbioses Hidropolíticas na partilha de benefícios como formas de gestão partilhada de rios internacionais na África Austral. **Revista Científica Kavenye**. v.9, p.31 – 43, 2023



CARQUETE, José Bione; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Um encontro com José Bione Carquete (aliás Dragão Bee Yoni). **Boletim GeoÁfrica**. v.1, n.1, p.155 – 158, 2023

GELO MACHUTE, H.N; MANJATE, C.R; FUMO, R.I (2022). Entre riscos e oportunidades, uma análise da transnacionalização dos recursos energéticos em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 51-72, abr.- jun. 2022

MACHUTE, H. G.; REMANE, Mussa Abdul. Panorama cultural moçambicano: danças tradicionais e suas representações. **Boletim GeoÁfrica**. v.1, n. 4, p 5 - 22, out.-dez. 2022

LAPUCHEQUE, Julieta; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Prevenção e Mitigação dos Desastres Naturais: porque falham as acções de educação ambiental em Moçambique? **Udziwi**, Revista de Educação da Universidade Pedagógica de Maputo - Moçambique. v.38, p.256 – 276,2022